



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**07/01/2016**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. PRESIDÊNCIA.....	1 - 2
2. JORNAL AQUI	
2.1. DECISÕES.....	3
2.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	4
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. JUÍZES.....	5
3.2. PRESIDÊNCIA.....	6 - 7
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	8
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. COMARCAS.....	9
5.2. DECISÕES.....	10 - 11
5.3. JUÍZES.....	12
6. JORNAL EXTRA	
6.1. PRESIDÊNCIA.....	13
7. JORNAL O DEBATE	
7.1. PRESIDÊNCIA.....	14
8. JORNAL O IMPARCIAL	
8.1. PRESIDÊNCIA.....	15 - 17
9. JORNAL O QUARTO PODER	
9.1. PRESIDÊNCIA.....	18 - 19
10. JORNAL PEQUENO	
10.1. JUÍZES.....	20 - 21
10.2. PRESIDÊNCIA.....	22
10.3. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	23

## Tribunal de Justiça recebe visita do governador em exercício, Carlos Brandão



*Entre os temas discutidos na reunião, destacam-se aqueles que dependem de um esforço conjunto dos Poderes para avançarem*

# Tribunal de Justiça recebe visita do governador em exercício, Carlos Brandão

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, recebeu a visita do governador em exercício do Estado do Maranhão e vice-governador, Carlos Brandão, nesta quarta-feira (6). O encontro contou com a participação de outros desembargadores da Corte e autoridades do Executivo estadual.

Entre os temas discutidos na reunião, destacam-se aqueles que dependem de um esforço conjunto dos Poderes para avançarem, a exemplo da questão da Segurança Pública, a política de Conciliação, como também o cenário econômico do Estado que impacta diretamente no Orçamento do Poder Judiciário.

“Estamos passando por um momento de dificuldades e precisamos fazer o dever de casa: eliminar os excessos que sempre existem. A primeira medida, por exemplo, foi colocar, na maioria dos cargos em comissão servidores efetivos, o que enxuga um pouco a nossa folha de pagamento e valoriza nosso servidor. Outras decisões simples que podem ser tomadas significam grandes economias”, comentou o presidente Cleones Cunha, ao ter sido levantada a questão financeira do Estado que, segundo o governador Carlos Brandão, tem cortado gastos desnecessários, gerando uma economia de cerca de R\$ 300 milhões aos cofres

estaduais.

Para os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, a presença do governador em exercício e o seu total conhecimento sobre as ações do governo demonstram a existência de uma gestão compartilhada. “É muito importante que a gente saiba que as pessoas que estão no exercício do ônus público tenham compromisso com a coisa pública. Acho que o que falta para o Brasil é isso”, pontuou o desembargador José Luiz Almeida.

O governador em exercício, Carlos Brandão, agradeceu a deferência feita pelo desembargador José Juiz Almeida e ressaltou o excelente relacionamento com o governador Flávio Dino. “Nessa substituição ao governador Flávio Dino, continuamos cumprindo uma agenda normal de governo, parte dela já estava programada e outra, que montamos em conjunto. Até porque temos participado ativamente das questões administrativas e políticas. Nós temos uma relação muito próxima e, por isso, transcorreu tranquilamente”, afirmou.

PARCERIAS – Ao tratar sobre Segurança Pública, o desembargador Raimundo Barros, presidente da Comissão de Segurança Institucional do TJMA, e o desembargador José Luiz Almeida, que integra a 2ª Câmara Criminal e preside o Núcleo de Conciliação do TJMA, sugeriram o agendamento



*Entre os temas discutidos na reunião, destacam-se aqueles que dependem de um esforço conjunto dos Poderes para avançarem*

de reuniões para tratar questões pertinentes ao tema, que podem ser trabalhadas e solucionadas por meio de um esforço conjunto.

O desembargador Paulo Velten disse que o Estado do Maranhão pode trabalhar em conjunto com o Judiciário no projeto de Conciliação e, consequentemente, beneficiar a população, no mapa de acesso à Justiça. “Quando há conciliação, diminuem-se conflitos e, muitas vezes, a criminalidade”, enfatizou o magistrado.

Também participaram do encontro a vice-presidente do TJMA, desembargadora Maria das Graças Duarte, a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e os desembargadores José Bernardo Rodrigues, Vicente de Paula, Kleber Costa Carvalho, Ricardo Duailibe, Marcelino Chaves Everton, José de Ribamar Castro e Tyrone Silva; além dos juízes Nilo Ribeiro e Roberto Abreu.

Do Executivo estadu-

al, estavam presentes o secretário-chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, o subsecretário de Segurança Pública, Saulo Everton, o delegado-geral da Polícia Civil, Lawrence Melo, e os procuradores do Estado Lorena Duailibe Carvalho, Vanderley Ramos e Bruno Tomé. O superintendente do Banco do Brasil no Maranhão, Ronaldo Alves de Oliveira, também esteve na reunião.

REUNIÕES – Após o encontro, o presidente do TJMA, Cleones Cunha, com a presença da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, reuniu-se com o governador em exercício Carlos Brandão e o secretário Marcelo Tavares para tratar sobre questões específicas de Segurança Pública, apresentadas pelo delegado Lawrence Melo e subsecretário de Segurança. Em seguida, o presidente falou sobre precatórios, com a presença do juiz Nilo Ribeiro, dos representantes do Banco do Brasil e procuradores do Estado.

## **PENAS LEVES**

### *TJMA deixa de fora secretários e vereadores*

*O Tribunal de Justiça do Maranhão condenou nos últimos quatro anos, a diferentes formas de penalidades, 74 prefeitos e ex-prefeitos. O levantamento não inclui, porém, secretários municipais e vereadores. E também não diz quanto tempo algum deles passou atrás das grades – se é que alguém da lista passou por isso. O mais provável é que a maioria foi punida com penas bem brandas, daquelas que o condenado paga com cestas básicas e serviços prestados à comunidade. Detalhe: a própria Justiça não tem meios de fiscalizar se a ordem é cumprida. Como na maioria dos casos, punição é por corrupção, já é tempo de a Justiça mudar os corruptos para Pedrinhas, para “sentir o clima”.*

## ▶ NO CARNAVAL

### **Divulgada portaria sobre participação de crianças e adolescentes em festas**

A juíza Lícia Cristina Ferraz Ribeiro de Oliveira, que está respondendo pela 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, assinou portaria na qual define prazo para requerimento de alvarás de crianças e adolescentes que irão participar em desfiles e apresentações nas festividades carnavalescas deste ano, em conformidade com a portaria que regulamenta a participação de crianças e adolescentes nessa época do ano, datada de 2012.

A portaria assinada pela magistrada, que pode ser encontrada logo abaixo (em Arquivos Publicados), ressalta que o prazo para recebimento dos documentos iniciado no dia 4 de janeiro segue até o dia 22 de janeiro. Esses documentos deverão ser entregues no Setor de Proteção à Criança e ao Adolescente, que

fica no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Os alvarás serão entregues aos requerentes no período de 1º a 5 de fevereiro próximo.

Para que seja expedido o alvará, é preciso a autorização para participação da criança e do adolescente, assinado pelo pai, mãe ou responsável legal e cópia dos documentos de identificação dos envolvidos, bem como requerimento administrativo (disponível no SPCA) pela agremiação e cópia da inscrição do CNPJ ou Estatuto Social da agremiação carnavalesca.

A magistrada ressalta que “a equipe de Comissários de Justiça da Infância e Juventude da 1ª Vara irão fiscalizar os dias de apresentação com objetivo de prevenir e solucionar irregularidades na participação de menores nessas festas carnavalescas”.

## *Escolas tentaram barrar na Justiça portaria que descentraliza confecção de uniformes*

O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Maranhão bem que tentou, mas não conseguiu barrar na Justiça uma portaria do Procon que obriga os estabelecimentos de ensino a descentralizar o fornecimento dos uniformes escolares aos estudantes.

O Ministério Público também moveu uma ação contra os proprietários de escolas, com esse mesmo objetivo, o que acabou contribuindo para que as fichas com detalhes técnicos para a confecção de fardamento fossem fornecidas aos pais de alunos.

A Portaria nº 52/2015, do Procon, foi aprovada após uma reunião com os empresários, pais de alunos, MP e Defensoria Pública, no dia 6 de outubro do ano passado.

Insatisfeito, o sindicato que representa as escolas particulares protocolou mandado de segurança contra a medida. Mas não logrou êxito.

No dia 31 de dezembro, o juiz Rommel Viegal negou a liminar pretendida pelos empresários e garantiu aos pais de alunos o direito de escolher em que malharia confeccionar o fardamento dos seus filhos.



# TJ recebe a visita do governador Carlos Brandão

Governador com os desembargadores - PÁGINA 3

## CORTESIA

# Desembargadores recebem a visita do governador interino

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, recebeu a visita do governador em exercício do Estado do Maranhão e vice-governador, Carlos Brandão, ontem (6). O encontro contou com a participação de outros desembargadores da Corte e autoridades do Executivo estadual.

Entre os temas discutidos na reunião, destacam-se aqueles que dependem de um esforço conjunto dos Poderes para avançarem, a exemplo da questão da Segurança Pública, a política de Conciliação, como também o cenário econômico do Estado que impacta diretamente no Orçamento do Poder Judiciário.

“Estamos passando por um momento de dificuldades e precisamos fazer o dever de casa: eliminar os excessos que sempre existem. A primeira medida, por exemplo, foi colocar, na maioria dos cargos em comissão servidores efetivos, o que enxuga um pouco a nossa folha de pagamento e valoriza nosso servidor. Outras decisões simples que podem ser tomadas significam grandes economias”, comentou o presidente Cleones Cunha, ao

ter sido levantada a questão financeira do Estado que, segundo o governador Carlos Brandão, tem cortado gastos desnecessários, gerando uma economia de cerca de R\$ 300 milhões aos cofres estaduais.

Para os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, a presença do governador em exercício e o seu total conhecimento sobre as ações do governo demonstram a existência de uma gestão compartilhada. “É muito importante que a gente saiba que as pessoas que estão no exercício do ônus público tenham compromisso com a coisa pública. Acho que o que falta para o Brasil é isso”, pontuou o desembargador José Luiz Almeida.

O governador em exercício, Carlos Brandão, agradeceu a deferência feita pelo desembargador José Juiz Almeida e ressaltou o excelente relacionamento com o governador Flávio Dino. “Nessa substituição ao governador Flávio Dino, continuamos cumprindo uma agenda normal de governo, parte dela já estava programada e outra, que montamos em conjunto. Até porque temos participado ativamente das questões administrativas e

políticas. Nós temos uma relação muito próxima e, por isso, transcorreu tranquilamente”, afirmou.

**PARCERIAS** – Ao tratar sobre Segurança Pública, o desembargador Raimundo Barros, presidente da Comissão de Segurança Institucional do TJMA, e o desembargador José Luiz Almeida, que integra a 2ª Câmara Criminal e preside o Núcleo de Conciliação do TJMA, sugeriram o agendamento de reuniões para tratarem questões pertinentes ao tema, que podem ser trabalhadas e solucionadas por meio de um esforço conjunto.

O desembargador Paulo Velten disse que o Estado do Maranhão pode trabalhar em conjunto com o Judiciário no projeto de Conciliação e, consequentemente, beneficiar a população, no mapa de acesso à Justiça. “Quando há conciliação, diminuem-se conflitos e, muitas vezes, a criminalidade”, enfatizou o magistrado.

Também participaram do encontro a vice-presidente do TJMA, desembargadora Maria das Graças Duarte, a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e os desembargadores José Bernardo Rodrigues, Vicente de Paula, Kleber Costa Carvalho,

Ricardo Duailibe, Marcelino Chaves Everton, José de Ribamar Castro e Tyrone Silva; além dos juizes Nilo Ribeiro e Roberto Abreu.

Do Executivo estadual, estavam presentes o secretário-chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, o subsecretário de Segurança Pública, Saulo Everton, o delegado-geral da Polícia Civil, Lawrence Melo, e os procuradores do Estado Lorena Duailibe Carvalho, Vanderley Ramos e Bruno Tomé. O superintendente do Banco do Brasil no Maranhão, Ronaldo Alves de Oliveira, também esteve na reunião.

**REUNIÕES** – Após o encontro, o presidente do TJMA, Cleones Cunha, com a presença da corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, reuniu-se com o governador em exercício, Carlos Brandão, e o secretário Marcelo Tavares para tratarem sobre questões específicas de Segurança Pública, apresentadas pelo delegado Lawrence Melo e subsecretário de Segurança. Em seguida, o presidente falou sobre precatórios, com a presença do juiz Nilo Ribeiro, dos representantes do Banco do Brasil e procuradores do Estado.

# Vara da Infância divulga portaria sobre menores no carnaval 2016

A juíza Lícia Cristina Ferraz Ribeiro de Oliveira, que está respondendo pela 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, assinou portaria na qual define prazo para requerimento de alvarás de crianças e adolescentes que irão participar em desfiles e apresentações nas festividades carnavalescas deste ano, em conformidade com a portaria que regulamenta a participação de crianças e adolescentes nessa época do ano, datada de 2012.

A portaria assinada pela magistrada ressalta que o prazo para recebimento dos documentos iniciado no dia 4 de janeiro, segue até o dia 22 de janeiro. Esses documentos deverão ser entregues no Setor de Proteção à Criança e ao Adolescente, que fica no Fórum

Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Os alvarás serão entregues aos requerentes no período de 1º a 5 de fevereiro próximo.

Para que seja expedido o alvará, é preciso a autorização para participação da criança e do adolescente, assinado pelo pai, mãe ou responsável legal e cópia dos documentos de identificação dos envolvidos, bem como requerimento administrativo (disponível no SPCA) pela agremiação e cópia da inscrição do CNPJ ou Estatuto Social da agremiação carnavalesca.

A magistrada ressalta que “a equipe de Comissários de Justiça da Infância e Juventude da 1ª Vara irão fiscalizar os dias de apresentação com objetivo de prevenir e solucionar irre-

gularidades na participação de menores nessas festas carnavalescas”.

Sobre a portaria de 2012, ela disciplina a entrada e permanência de crianças e adolescentes em bailes carnavalescos e suas participações nos desfiles de carnaval. Essa portaria esclarece, no seu artigo 6º, que nos casos em que houver a exigência de alvará judicial desta vara para a participação de crianças ou adolescentes nos eventos, o mesmo deverá ser requerido pelo responsável das entidades em período a ser estabelecido em portaria específica editada pelo juiz titular ou que estiver respondendo pela unidade judicial.

## Caema terá de fornecer água sem interrupção

**IMPERATRIZ** - A Justiça concedeu liminar obrigando a Caema a prestar serviços ininterruptos em Imperatriz, sob pena de multa diária. A decisão é fruto de proposta do promotor de Justiça Sandro Bíscaro.



- O ex-prefeito de Timon Chico Leitoa aparece nada menos que três vezes a lista de condenados do TJ: ele foi condenado em 2012, 2014 e 2015.

## Condenados

A lista de gestores e ex-gestores condenados pelo Tribunal de Justiça nos últimos três anos trouxe alguns figurões da política.

Lá estão gente como Tadeu Palácio (São Luís), Biné Figueiredo (Codó), Jomar Fernandes (Imperatriz) e Chico Leitoa (Timon).

Em alguns casos, estes ex-gestores têm mais de uma condenação no TJ.

## BALANÇO



Divulgação

### Fórum de Coelho Neto apresenta resultados em audiência

**COELHO NETO** - A juíza Raquel Teles de Menezes, da 1ª Vara do Fórum de Coelho Neto, fez um balanço dos trabalhos realizados em 2015. Na explanação, a magistrada disse que houve a distribuição de 1.502 ações, sendo proferidas 1.691 sentenças, 688 decisões e 4.268 despachos. A unidade realizou, ainda, 7 sessões do tribunal do júri.

## Brandão há dois dias bate pernas pra lá e pra cá. Ainda não assinou um bilhete

O governador em exercício do Maranhão, Carlos Brandão, promoveu uma visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, que o recebeu acompanhado de outros doze desembargadores. A agenda aconteceu no início da tarde desta quarta-feira (06).

Dentre os pontos altos da conversa estiveram as questões voltadas para a segurança pública, enxugamento dos orçamentos dos poderes Judiciário e Executivo no enfrentamento das dificuldades econômicas vividas por todo o Brasil, política de conciliação e precatórios.

“Trabalhar de forma harmoniosa com o Poder Judiciário maranhense é algo que o governo Flávio Dino pretende aprimorar cada vez mais. A gestão compartilhada com os diversos atores sociais sempre reverbera resultados positivos”, destacou Carlos Brandão, ao falar de possíveis parcerias entre Governo do Estado e o Tribunal de Justiça do Maranhão, já encaminha-

das durante o encontro desta quarta-feira.

Junto com Carlos Brandão participaram da visita de cortesia os membros do executivo estadual: o secretário chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares; o comandante do Centro Tático Aéreo do Maranhão, coronel Ismael; o subsecretário de Segurança Pública, Saulo Everton; o delegado geral da Polícia Civil, Lawrence Melo e os procuradores do Estado Lorena Duailibe Carvalho, Vanderley Ramos e Bruno Tomé.

Também esteve na reunião o superintendente do Banco do Brasil no Maranhão, Ronaldo Alves de Oliveira.

Recepcionaram o governador em exercício: a vice-presidente do TJMA, desembargadora Maria das Graças Duarte; a corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e os desembargadores José Bernardo Rodrigues, Vicente de Paula, Kleber Costa Carvalho, Ricardo Duailibe, Marcelino Chaves Everton, José de Ribamar Castro e Tyrone Silva; além dos juizes Nilo Ribeiro e Roberto Abreu.

## ENCONTRO

# TJMA recebe a visita do governador em exercício

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, recebeu a visita do governador em exercício do Estado do Maranhão e vice-governador, Carlos Brandão, ontem (6). O encontro contou com a participação de outros desembargadores da Corte e autoridades do Executivo estadual.

Entre os temas discutidos na reunião, destacam-se aqueles que dependem de um esforço conjunto dos Poderes para avançarem, a exemplo da questão da Segurança Pública, a política de Conciliação, como também o cenário econômico do Estado que impacta diretamente no Orçamento do Poder Judiciário.

"Estamos passando por um momento de dificuldades e precisamos fazer o dever de casa: eliminar os excessos que sempre existem. A primeira medida, por exemplo, foi colocar, na maioria dos cargos em comissão servidores efetivos, o que enxuga um pouco a nossa folha de pagamento e valoriza nosso servidor. Outras decisões simples que podem ser tomadas significam grandes economias", comentou o presi-

dente Cleones Cunha, ao ter sido levantada a questão financeira do Estado que, segundo o governador Carlos Brandão, tem cortado gastos desnecessários, gerando uma economia de cerca de R\$ 300 milhões aos cofres estaduais.

Para os desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão, a presença do governador em exercício e o seu total conhecimento sobre as ações do governo demonstram a existência de uma gestão compartilhada. "É muito importante que a gente saiba que as pessoas que estão no exercício do ônus público tenham compromisso com a coisa pública. Acho que o que falta para o Brasil é isso", pontuou o desembargador José Luiz Almeida.

O governador em exercício, Carlos Brandão, agradeceu a deferência feita pelo desembargador José Luiz Almeida e ressaltou o excelente relacionamento com o governador Flávio Dino. "Nessa substituição ao governador Flávio Dino, continuamos cumprindo uma agenda normal de governo, parte dela já estava programada e outra, que montamos em conjunto. Até porque temos participado ativamente



Ele foi recepcionado pelo presidente da Corte, desembargador Cleones Cunha

das questões administrativas e políticas. Nós temos uma relação muito próxima e, por isso, transcorreu tranquilamente", afirmou.

Parcerias - Ao tratarem sobre Segurança Pública, o desembargador Raimundo Barros, presidente da Comissão de Segurança Institucional do TJMA, e o desembargador José Luiz Almeida, que integra a 2ª Câmara Criminal e preside o Núcleo de Conciliação do TJMA, sugeriram o agendamento de reuniões para tratarem questões pertinentes ao tema, que podem ser trabalhadas e solucionadas por meio de um esforço conjunto.

O desembargador Paulo Velten disse que o Estado do Maranhão pode trabalhar em conjunto com o

Judiciário no projeto de Conciliação e, conseqüentemente, beneficiar a população, no mapa de acesso à Justiça. "Quando há conciliação, diminuem-se conflitos e, muitas vezes, a criminalidade", enfatizou o magistrado.

Também participaram do encontro a vice-presidente do TJMA, desembargadora Maria das Graças Duarte, a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e os desembargadores José Bernardo Rodrigues, Vicente de Paula, Kleber Costa Carvalho, Ricardo Duailibe, Marcelino Chaves Everton, José de Ribamar Castro e Tyrone Silva; além dos juizes Nilo Ribeiro e Roberto Abreu.

## Giro



O governador em exercício do Maranhão, Carlos Brandão, promoveu uma visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha.

---



## **Carlos Brandão faz visita de cortesia ao presidente do TJMA**

O governador em exercício do Maranhão, Carlos Brandão, promoveu uma visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, que o recebeu acompanhado de outros 12 desembargadores. A agenda aconteceu no início da tarde de ontem. Dentre os pontos altos da conversa estiveram as questões voltadas para a segurança pública, enxugamento dos orçamentos dos poderes Judiciário e Executivo no enfrentamento das dificuldades econômicas vividas por todo o Brasil, política de conciliação e precatórios.

## AGENDA

# Visita de cortesia ao TJ

O governador em exercício, Carlos Brandão, realizou ontem uma visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Cleones Carvalho, e demais desembargadores presentes

O governador em exercício do Maranhão, Carlos Brandão, promoveu uma visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, que o recebeu acompanhado de outros 12 desembargadores. A agenda aconteceu no início da tarde de ontem.

Dentre os pontos altos da conversa estiveram as questões voltadas para a segurança pública, enxugamento dos orçamentos dos poderes Judiciário e Executivo no enfrentamento das dificuldades econômicas vividas por todo o Brasil, política de conciliação e precatórios.

“Trabalhar de forma harmoniosa com o Poder Judiciário maranhense é algo que o governo Flávio Dino pretende aprimorar cada vez mais. A gestão compartilhada com os diversos atores sociais sempre reverbera resultados positivos”, destacou Carlos Brandão, ao falar de possíveis parcerias entre Governo do Estado e o Tribunal de Justiça do Maranhão, já encaminhadas durante o encontro desta quarta-feira.

Junto com Carlos Brandão participaram da visita de cortesia os membros do executivo estadual: o secretário chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares; o comandante do Centro Tático Aéreo



Dentre os pontos altos da conversa esteve o enxugamento dos orçamentos dos poderes Judiciário e Executivo



**Trabalhar de forma harmoniosa com o Poder Judiciário maranhense é algo que o governo Flávio Dino pretende aprimorar cada vez mais. A gestão compartilhada com os diversos atores sociais sempre reverbera resultados positivos**

**Carlos Brandão, governador em exercício**

do Maranhão, coronel Ismael; o subsecretário de Segurança Pública, Saulo Everton; o delegado

geral da Polícia Civil, Lawrence Melo e os procuradores do Estado Lorena Duailibe Carvalho,

Vanderley Ramos e Bruno Tomé. Também esteve na reunião o superintendente do Banco do Brasil no Maranhão, Ronaldo Alves de Oliveira.

Recepcionaram o governador em exercício: a vice-presidente do TJMA, desembargadora Maria das Graças Duarte; a corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e os desembargadores José Bernardo Rodrigues, Vicente de Paula, Kleber Costa Carvalho, Ricardo Duailibe, Marcelino Chaves Everton, José de Ribamar Castro e Tyrone Silva; além dos juízes Nilo Ribeiro e Roberto Abreu.

## **Carlos Brandão faz visita de cortesia ao presidente do TJMA**

*Geraldo Furtado*



***Pág - 3***

# Carlos Brandão faz visita de cortesia ao presidente do TJMA

O governador em exercício do Maranhão, Carlos Brandão, promoveu uma visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, que o recebeu acompanhado de outros doze desembargadores. A agenda aconteceu no início da tarde desta quarta-feira (06).

Dentre os pontos altos da conversa estiveram as questões voltadas para a segurança pública, enxugamento dos orçamentos dos poderes Judiciário e Executivo no enfrentamento das dificuldades econômicas vividas por todo o Brasil, política de conciliação e precatórios.

“Trabalhar de forma harmoniosa com o Poder Judiciário maranhense é algo que o governo Flávio Dino pretende aprimorar cada vez mais. A gestão compartilhada com os diversos ato-



GeraldoFurtado

Governador em exercício, Carlos Brandão, faz visita de cortesia ao Tribunal de Justiça

res sociais sempre reverbera resultados positivos”, destacou Carlos Brandão, ao falar de possíveis parcerias entre Governo do Estado e o Tribunal de Justiça do Maranhão, já enca-

minhadas durante o encontro desta quarta-feira.

Junto com Carlos Brandão participaram da visita de cortesia os membros do executivo estadual: o secretário chefe da Casa Ci-

vil, Marcelo Tavares; o comandante do Centro Tático Aéreo do Maranhão, coronel Ismael; o subsecretário de Segurança Pública, Saulo Everton; o delegado geral da Polícia Civil, Lawrence Melo e os procuradores do Estado Lorena Duailibe Carvalho, Vanderley Ramos e Bruno Tomé. Também esteve na reunião o superintendente do Banco do Brasil no Maranhão, Ronaldo Alves de Oliveira.

Recepcionaram o governador em exercício: a vice-presidente do TJMA, desembargadora Maria das Graças Duarte; a corregedora geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e os desembargadores José Bernardo Rodrigues, Vicente de Paula, Kleber Costa Carvalho, Ricardo Duailibe, Marcelino Chaves Everton, José de Ribamar Castro e Tyrone Silva; além dos juizes Nilo Ribeiro e Roberto Abreu.

# Disputa por área da União gera conflito de competência entre Justiça Estadual e Federal

**PAG. 2 [C1]**

## Disputa por área da União gera conflito de competência entre Justiça Estadual e Federal

Uma decisão da juíza da Comarca de Anajatuba, Jaqueline Rodrigues da Cunha, numa ação de usucapião pode levar a Justiça Estadual e a Justiça Federal a um imbróglio jurídico. É que a magistrada concedeu uma liminar, em novembro de 2015, em favor de Maria José Pinheiro Carvalho, suposta proprietária de terras no povoado Afoga, numa ação que tramita na 5ª Vara da Justiça Federal do juiz José Carlos Madeira. A ação, que tramitava na Comarca de Anajatuba, foi remetida em abril de 2014 para a Justiça Federal, depois que a magistrada Edeuly Maia Silva - que antecedeu Jaqueline Cunha na comarca - acolheu uma manifestação da Advocacia Geral da União (AGU) que arguiu incompetência absoluta do juízo de Anajatuba para julgar o caso, em razão de tratar-se de terreno da União.

“Ocorre que o referido imóvel estando situado nos campos naturais da Baixada, na proximidade de igarapés com influência de marés, caracteriza-se como terreno de marinha com acrescidos, bem imóvel da União, conforme estabelece o artigo 20 – VII, da Constituição Federal, consequentemente, insuscetível de usucapião”, anotou o advogado da União, Paulo José Monteiro Santos Lima.

Em 22 de outubro de 2015, o juiz federal José Carlos Madeira intimou a suposta proprietária da área Maria José Pinheiro Carvalho a apresentar manifestação no processo. Em 3 de novembro, a juíza Jaqueline Rodrigues da Cunha concede liminar onde afirma que “a autora (Maria José) é legítima possuidora do imóvel localizado na Baixa do Porto das Gabarras, povoado Afoga, com área total de 280.39,60 hectares, conforme certidão de Posse expedida pela Serventia Extrajudicial desta comarca”.

Para o advogado Iriomar Teixeira que atua na defesa de pequenos agricultores, quilombolas e ribeirinhos em Anajatuba a juíza usurpou a competência da Justiça Federal.

“Parece que a juíza, a um só tempo, usurpou competência já decidida da Justiça Federal e desobedeceu, nesse caso particular, decisão já transitada em julgado no mesmo juízo referente à mesma autora, tratando-se do mesmo caso. Ela foi enganada ou deixou-se enganar?”, questiona Teixeira.

O advogado relembra que a ex-titular da Comarca, juíza Edeuly Maia Silva já havia extinguido o processo em agosto de 2012, remetendo o mesmo para a Justiça Federal, tendo a sentença transitada em julgado em novembro de 2012.

Invasão - Lideranças comunitárias como Teodoro Ferreira e Eraldo Campelo afirmaram que já protocolaram representações no Ministério Público local e inúmeras reclamações já foram registradas na Delegacia de Polícia, informando o enorme sofrimento dos moradores das comunidades ribeirinhas de Anajatuba, com o cercamento dos campos, mas também a consequente destruição do seu patrimônio ambiental e ecológico.

“Em alguns lugares, inclusive, são colocadas eletricidade nas cercas, com o propósito não só de afastar ou dificultar o acesso, mas de lesar ou mesmo matar pessoas e animais”, afirmou Ferreira.

Segundo o advogado Iriomar Teixeira o Ministério Público tem investigado as ações de cercamento dos campos, invasão de terras públicas não vemos uma atenção mais cautelosa do Poder Judiciário.

“Muito embora reconhecemos os esforços da Promotoria Pública local em investigar tais ações, por que essa prática do cercamento dos campos, vista como ilegal e criminosa pelos comunitários, não encontra qualquer atenção cautelosa por parte do Poder Judiciário, em verificar a cadeia dominial das áreas ou mesmo diligenciar no Cartório Extrajudicial?”, disse Teixeira. A reportagem do Jornal Pequeno buscou ouvir a juíza Jaqueline Rodrigues da Cunha, mas não conseguiu contatá-la.

# TJMA recebe a visita do governador em exercício

O presidente do Tribunal de Justiça, Cleones Carvalho Cunha, recebeu, ontem, a visita do governador em exercício, Carlos Brandão. O encontro contou com a participação de outros desembargadores da Corte e autoridades do Executivo estadual. **PAG. 2 [CT]**



Carlos Brandão faz visita de cortesia ao presidente do TJMA

# TJMA recebe a visita do governador em exercício

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, recebeu a visita do governador em exercício do Estado do Maranhão e vice-governador, Carlos Brandão, nesta quarta-feira (6). O encontro contou com a participação de outros desembargadores da Corte e autoridades do Executivo estadual. Entre os temas discutidos na reunião, destacam-se aqueles que dependem de um esforço conjunto dos Poderes para avançarem, a exemplo da questão da Segurança Pública, a política de Conciliação, como também o cenário econômico do Estado que impacta diretamente no Orçamento do Poder Judiciário. "Estamos passando por um momento de dificuldades e precisamos fazer o dever de casa: eliminar os excessos que sempre existem. A primeira medida, por exemplo, foi colocar, na maioria dos cargos em comissão servidores efetivos, o que enxuga um pouco a nossa folha de pagamento e valoriza nosso servidor. Outras decisões simples que podem ser tomadas significam grandes economias", comentou o presidente Cleones Cunha. Segundo o governador, o corte de gastos desnecessários já gerou uma economia de cerca de R\$ 300 milhões aos cofres estaduais. Para os desembargadores do TJMA, a presença do governador em exercício e o seu total conhecimento sobre as ações do governo demonstram a existência de uma gestão compartilhada. "O que falta para o Brasil é isso", pontuou o desembargador José Luiz Almeida. Brandão agradeceu a



deferência feita pelo desembargador e ressaltou o excelente relacionamento que tem mantido com o governador Flávio Dino.

## PARCERIAS

Ao tratarem sobre Segurança Pública, o desembargador Raimundo Barros, presidente da Comissão de Segurança Institucional do TJMA, e o desembargador José Luiz Almeida, que integra a 2ª Câmara Criminal e preside o Núcleo de Conciliação do TJMA, sugeriram o agendamento de reuniões para tratar questões pertinentes ao tema, que podem ser trabalhadas e solucionadas por meio de um esforço conjunto. O desembargador Paulo Velten disse que o Estado do Maranhão pode trabalhar em conjunto com o Judiciário no projeto de Conciliação e, consequentemente, beneficiar a população, no mapa de acesso à Justiça. "Quando há conciliação, diminuem-se conflitos e, muitas vezes, a criminalidade",

enfatizou.

Também participaram do encontro a vice-presidente do TJMA, desembargadora Maria das Graças Duarte, a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, e os desembargadores José Bernardo Rodrigues, Vicente de Paula, Kleber Costa Carvalho, Ricardo Duailibe, Marcelino Chaves Everton, José de Ribamar Castro e Tyrone Silva; além dos juízes Nilo Ribeiro e Roberto Abreu.

Do Executivo estadual, estavam presentes o secretário-chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, o subsecretário de Segurança Pública, Saulo Everton, o delegado-geral da Polícia Civil, Lawrence Melo, e os procuradores do Estado Lorena Duailibe Carvalho, Vanderley Ramos e Bruno Tomé. O superintendente do Banco do Brasil no Maranhão, Ronaldo Alves de Oliveira, também esteve na reunião.

- A juíza Lícia Cristina Ferraz Ribeiro de Oliveira, que está respondendo pela 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, assinou portaria na qual define prazo para requerimento de alvarás de crianças e adolescentes que irão participar em desfiles e apresentações nas festividades carnavalescas deste ano.
- A portaria ressalta que o prazo para recebimento dos documentos iniciado em 4 de janeiro segue até 22 de janeiro. Esses documentos deverão ser entregues no Setor de Proteção à Criança e ao Adolescente (SPCA), que fica no Fórum Desembargador Sarney Costa, em São Luís. Os alvarás serão entregues aos requerentes no período de 1º a 5 de fevereiro.
- De acordo com o SPCA, para que seja expedido o alvará, é preciso a autorização para participação da criança e do adolescente, assinado pelo pai, mãe ou responsável legal e cópia dos documentos de identificação dos envolvidos, bem como requerimento administrativo (disponível no SPCA) pela agremiação e cópia da inscrição do CNPJ ou Estatuto Social da agremiação carnavalesca.
- A magistrada ressalta que “a equipe de Comissários de Justiça da Infância e Juventude da 1ª Vara irão fiscalizar os dias de apresentação com objetivo de prevenir e solucionar irregularidades na participação de menores nessas festas carnavalescas”.